

A REFORMA DO CPC
E A EXECUÇÃO FISCAL

Marcelo Viana Salomão
Jorge Sylvio Marquezi Júnior
Diego Diniz Ribeiro
(Coordenadores)

A REFORMA DO CPC E A EXECUÇÃO FISCAL



MP
EDITORA

R257

A reforma do CPC e a execução fiscal / Marcelo Viana Salomão, Jorge Sylvio Marquezi Júnior, Diego Diniz Ribeiro (coordenadores). - São Paulo : MP Ed., 2008.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-98848-99-0

1. Brasil. [Código de processo civil (1973)]. 2. Processo civil - Brasil. 3. Execuções (Direito) - Brasil. 4. Execução fiscal - Brasil. I. Salomão, Marcelo Viana. II. Marquezi Júnior, Jorge Sylvio. III. Ribeiro, Diego Diniz. IV. Associação Paulista de Estudos Tributários.

08-4805.

CDU: 347.91/.95(81)

29.10.08 03.11.08

009553

Revisão

André Rodrigues Bertacchi e Nizia Caetano Santana

Copydesk

Luciana Almeida Bonfim e Nizia Caetano Santana

Capa e Editoração

Denilson dos Santos

Diretor responsável

Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento

MP Gráfica

2ª Edição, 2009

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2008
Av. Brigadeiro Luís Antonio, 2482, 6. andar
01402-000 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br
ISBN 978-85-98848-99-0

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
<i>Brasil P. P. Salomão</i>	
A REFORMA DA EXECUÇÃO DOS TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS E SUA REPERCUSSÃO NAS EXECUÇÕES FISCAIS	17
<i>Jorge Sylvio Marquezi Júnior</i> <i>Diego Diniz Ribeiro</i>	
O novo Processo Civil: introdução ao problema	17
Da inter-relação entre as leis especiais e gerais, posteriores e anteriores e revogação	20
Dos embargos à execução fiscal	24
Da concessão de efeito suspensivo	25
Da relação preferencial de bens do art. 655 do CPC e o art. 11 da Lei n. 6.830/80	36
Da penhora on-line do art. 655-A do CPC e o confronto com o art. 185-A do Código Tributá- rio Nacional e as disposições da Lei n. 6.830/80	39
Da remição em executivos fiscais	42
Da inconstitucionalidade do art. 694 do CPC	43
Da incidência do art. 615-A do CPC nas execuções fiscais	46
Conclusões	47

A RECENTE REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL OPERADA PELA LEI N. 11.382/06 E A OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EM MATÉRIA FISCAL	51
<i>Eduardo Arruda Alvim</i>	
A importância do processo tributário	51
Execução fiscal – Algumas particularidades	52
Objecção de pré-executividade – Generalidades	56
A objeção de pré-executividade na execução fiscal após as modificações da Lei n. 11.382/06	66
Conclusões	70
Bibliografia	71
A (IN)APLICABILIDADE DO CPC AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	73
<i>James Marins</i>	
Aspectos introdutórios	74
Da inexistência de omissão ou de lacuna na LEF	75
Da (in)aplicabilidade do Art. 739-A do CPC aos embargos da execução fiscal	77
Critérios para solução de conflitos normativos: <i>lex specialis derogat legi generali</i>	80
Especial proteção constitucional do contribuinte e peculiaridades da Certidão de Dívida Ativa	81
Prazo para o pagamento e oposição de embargos	85
Exceção de pré-executividade	85
PENHORA SOBRE FATURAMENTO DE EMPRESA: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS E SUA APLICAÇÃO NAS EXECUÇÕES FISCAIS, REGIDAS PELA LEI N. 6.830/80	89
<i>José Luiz Matthes</i>	
<i>Carolina Lima Matthes</i>	
Introdução	89

Os princípios da efetividade da tutela jurisdicional pelo Estado, do devido processo legal, do contraditório e da proporcionalidade, como instrumentos balizadores da efetiva aplicação da penhora sobre faturamento de empresa, nas execuções fiscais	90
Da menor gravosidade da execução ao devedor – art. 620 do Código de Processo Civil	94
Dos arts. 655 e 655-A, do Código de Processo Civil	96
A penhora sobre o faturamento da empresa como medida excepcional do art. 11 da Lei n. 6.830/80 e a inclusão, expressa, da penhora sobre faturamento no art. 655 do CPC. Ainda persiste o caráter excepcional?	99
Jurisprudência	104
Conclusões	106
SUBSTITUIÇÃO DOS BENS PENHORADOS PELAS PARTES: APARENTE ANTINOMIA ENTRE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A LEI DE EXECUÇÃO FISCAL	109
<i>Diego Bomfim</i>	
<i>Adolpho Bergamini</i>	
Introdução	109
Regime de substituição dos bens na Lei de Execução Fiscal	112
Regime de substituição dos bens no Código de Processo Civil	115
Aparente antinomia entre o Código de Processo Civil e a Lei de Execução Fiscal quanto à substituição dos bens penhorados pelas partes	120
Análise da amplitude material do Código de Processo Civil e da Lei de Execução Fiscal	123
Conclusões	132
A ARREMATACÃO IRRETRATÁVEL E O DEVIDO PROCESSO LEGAL	135
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
Introdução	135

Reforma do CPC e execução fiscal	136
Suspensão da execução e Lei n. 6.830/80	141
Arrematação irretratável e devido processo legal	145
Conclusões	149
BREVES APONTAMENTOS SOBRE O ART 285-A DO CPC	151
<i>Luiz Gustavo A S Bichara</i>	
<i>Martha de Paula Domingues</i>	
<i>Thiago de Mattos Marques</i>	
Introdução	151
Art. 285-A do CPC: requisitos necessários	152
A constitucionalidade do art. 285-A	160
A aplicação do art. 285-A aos embargos de devedor da execução fiscal	164
Conclusão	169
EFEITO SUSPENSIVO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL E O ART 739-A DO CPC	171
<i>Márcio Severo Marques</i>	
<i>Fernando Augusto Martins Canhadas</i>	
Introdução	171
A nova redação do art. 736 e o novo art. 739-A do Código de Processo Civil	172
Do regime jurídico especial aplicável às execuções fiscais	174
Da questão da restituição por precatórios	185
OBJEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NA EXECUÇÃO FISCAL	189
<i>Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini</i>	
<i>João Bosco da Nóbrega Cunha</i>	
Introdução	189
Objecção ou exceção de pré-executividade?	193

Histórico da exceção de pré-executividade	196
Razão de ser da exceção de pré-executividade	199
A exceção de pré-executividade no atual contexto legislativo	201
A objeção de pré-executividade na execução fiscal	206
Conclusão	211
Bibliografia	211
A AVERBAÇÃO DE BENS PREVISTA NO ART. 615-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA DISCIPLINA DAS EXECUÇÕES FISCAIS	213
<i>Fabiana Del Padre Tomé</i>	
Introdução	213
Antinomias e lacunas no sistema do direito positivo	214
Disciplina jurídica da fraude contra credores e da fraude à execução	219
O art. 615-A do Código de Processo Civil	222
Fraude contra a Fazenda Pública: os arts. 185 e 185-A do Código Tributário Nacional	224
Outras garantias do crédito tributário	227
Características do ato administrativo: ausência de auto-executoriedade e necessária observância ao devido processo legal	229
Impossibilidade de aplicação subsidiária do art 615-A ao processo de execução fiscal	232
Conclusões	236
A RESTRIÇÃO DE MATÉRIAS PARA EMBARGOS DA FAZENDA PÚBLICA FACE À AMPLITUDE DE MATÉRIAS DE DEFESA DO CONTRIBUINTE EMBARGANTE	239
<i>Lais Vieira Cardoso</i>	
Introdução	239

As dívidas da Fazenda Pública: conceito, garantias e exequibilidade	240
A dívida ativa: conceito, garantias e exequibilidade	246
A matéria de defesa da Fazenda Pública como embargante	252
A matéria de defesa do contribuinte como embargante	258
Análise do caso em tese face aos princípios da isonomia e do devido processo legal	260
Conclusões	261
AINDA AS REFORMAS DO CPC	265
<i>José Alberto Rola</i>	
Antecedentes	265
Substância da Reforma	272
Dimensão da reforma	280
Conclusão	287
A ARREMATAÇÃO IRRETRATÁVEL DO ART. 694 DO CPC E A POSSIBILIDADE DE ADJUDICAÇÃO PREVISTA NO ART 24 DA LEI N. 6.830/80 A PARTIR DE QUE MOMENTO A ARREMATAÇÃO POSSA A SER IRRETRATÁVEL NAS EXECUÇÕES FISCAIS?	289
<i>Rodrigo César Marinho</i>	
Introdução	289
A Lei n. 6.830/80 e o Código de Processo Civil	290
Processo de execução: Satisfação do credor	293
Arrematação e Adjudicação na Execução Fiscal	298
Conclusões	311

DO EFEITO E DO PRAZO PARA EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	315
<i>Hugo de Brito Machado</i>	
Introdução	315
Solução de antinomias entre normas	316
Aplicação subsidiária do CPC às execuções fiscais	318
Prazo para interposição dos embargos	320
Efeito suspensivo dos embargos à execução fiscal	321
Interpretação e princípios constitucionais	325